

Cúpula Mundial de Bacias 2026 Relatório da oficina interativa 2

Gestão de secas e alocação de água na Ásia Central, na África Austral e na América Latina



16 a 19 de junho de 2026, Rio de Janeiro, Brasil

Relatório da oficina interativa

A crescente variabilidade climática, a demanda cada vez maior por água e a competição entre os diferentes usos da água estão mudando a forma como a seca é abordada nas bacias em todo o mundo. Reunindo perspectivas introdutórias da França e do Brasil, seguidas por estudos de caso da África Austral, Ásia Central e América do Norte, a oficina explorou diferentes abordagens para o planejamento de secas e a alocação de recursos hídricos, ao mesmo tempo em que identificou desafios comuns enfrentados por organizações de bacias que operam em contextos ambientais, políticos e socioeconômicos muito diferentes.

Embora as situações apresentadas fossem consideravelmente diferentes, as discussões revelaram uma forte convergência em torno de várias questões. A seca não é mais vista como um evento excepcional, mas como um componente estrutural da gestão dos recursos hídricos. Como resultado, as instituições estão mudando progressivamente da resposta a emergências para a preparação de longo prazo por meio de planos de seca, sistemas de monitoramento, regras de alocação e uma coordenação institucional mais forte. As apresentações introdutórias também destacaram que a alocação de água não deve mais ser vista simplesmente como um processo administrativo, mas como um processo de governança que requer diálogo entre autoridades públicas, organizações de bacia, usuários de água e comunidades locais. Estruturas regulatórias adaptativas e acordos de alocação negociados foram apresentados como ferramentas importantes para melhorar tanto a flexibilidade quanto o senso de apropriação das partes interessadas.

Sessão interativa com imagens:

O exercício interativo com imagens confirmou que, apesar da diversidade dos países representados, os participantes compartilhavam muitas das mesmas preocupações: a competição entre os usos da água, a dinâmica entre a parte superior e a parte inferior da bacia, as mudanças climáticas, as prioridades de alocação e a participação das partes interessadas surgiram de forma consistente ao longo das discussões. Vários grupos apontaram que os impactos da seca são frequentemente agravados por lacunas de governança, e não apenas pelas condições hidrológicas. Outros destacaram a importância de envolver todas as partes interessadas na tomada de decisões e reconheceram o papel, muitas vezes negligenciado, das mulheres na gestão da água, particularmente nas áreas rurais. Esses temas se refletiram nos três estudos de caso.

- A experiência do INMACOM (Comissão das Bacias de Incomati e Maputo) ilustrou como a governança transfronteiriça pode apoiar a gestão coordenada da seca por meio de regras operacionais comuns, planejamento conjunto, sistemas de alerta precoce e mecanismos de alocação acordados. Também demonstrou a evolução da partilha de água para a partilha de benefícios, integrando segurança hídrica, produção de

energia, proteção de ecossistemas e desenvolvimento regional dentro de um quadro comum de governança. O compromisso político, a confiança e o diálogo contínuo entre os Estados-membros (Moçambique, Esuatini, África do Sul) foram identificados como fatores-chave para o sucesso.

- O caso da Bacia do Rio Zarafshan (Tajiquistão e Uzbequistão) destacou a transição em andamento do Tajiquistão rumo à Gestão Integrada dos Recursos Hídricos por meio de reformas institucionais, da criação de Organizações de Bacia e Conselhos de Bacia, e de investimentos na eficiência da irrigação, na restauração de bacias e na adaptação climática. A apresentação ilustrou a importância de combinar medidas técnicas com o fortalecimento institucional e a capacitação.
- O estudo de caso México–Estados Unidos demonstrou como mecanismos de cooperação bilateral há muito estabelecidos proporcionam um quadro estável para a gestão de secas prolongadas e da crescente pressão sobre os recursos hídricos. A apresentação mostrou que arranjos institucionais duradouros e o diálogo contínuo continuam sendo essenciais para apoiar a alocação de água em condições cada vez mais desafiadoras.

Outro tema recorrente ao longo da oficina foi o papel crescente dos dados e das tecnologias digitais. Sistemas de monitoramento, previsão, ferramentas de modelagem e plataformas de apoio à tomada de decisão estão se tornando fundamentais para o planejamento em caso de seca e a alocação de água. No entanto, os participantes enfatizaram consistentemente que informações melhores não resolvem automaticamente os conflitos. As evidências científicas apoiam a tomada de decisão, mas as difíceis escolhas de alocação, em última instância, continuam sendo questões de governança, negociação e responsabilidade política.

A agricultura também surgiu como uma preocupação comum em todos os estudos de caso. Como maior consumidora de água em muitas bacias, a irrigação ocupa cada vez mais o centro dos debates sobre alocação. Os participantes concordaram que as futuras decisões de alocação exigirão um equilíbrio entre a produção de alimentos, o abastecimento doméstico, o desenvolvimento econômico e a proteção dos ecossistemas, por meio de regras transparentes estabelecidas antes que ocorram situações de seca.

Sessão interativa final:

A sessão interativa final convidou os participantes a elaborar recomendações em torno de três dimensões complementares: governança, ciência e economia. As discussões destacaram a necessidade de fortalecer as organizações de bacias como plataformas de coordenação, continuar investindo em sistemas de monitoramento e previsão, melhorar o acesso a informações confiáveis e garantir financiamento sustentável para a adaptação à seca. Os participantes também ressaltaram que investir em prevenção é, em geral, muito menos oneroso do que gerenciar crises repetidas.

Conclusão:

De modo geral, cinco conclusões principais emergiram da oficina:

- A seca está se tornando um componente estrutural, e não excepcional, da gestão dos recursos hídricos.
- A alocação de água é, fundamentalmente, uma questão de governança que exige instituições transparentes e a participação das partes interessadas.
- Informações científicas e ferramentas digitais são essenciais, mas não podem substituir o diálogo e o compromisso político.
- As bacias transfronteiriças constituem valiosos laboratórios para a cooperação e o aprendizado compartilhado.
- A agricultura continua no centro da maioria dos debates sobre alocação, reforçando a necessidade de abordagens integradas e participativas.

Apesar da diversidade de contextos apresentados, os participantes chegaram à mesma conclusão: a gestão eficaz da seca depende menos de encontrar uma solução técnica universal do que de fortalecer instituições capazes de antecipar crises, coordenar as partes interessadas e adaptar a distribuição de água a condições cada vez mais incertas. As organizações de bacias, portanto, continuam sendo atores-chave para promover a cooperação, o compartilhamento de conhecimento e a ação coletiva, tanto em nível nacional quanto transfronteiriço.



Créditos: RIOB